

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2019



Índice

1. Introdução	2
2. Opções do Plano	3
3. Orçamento	8
4. Grandes Opções do Plano	13
5. Contribuições dos Municípios Associados	14
6. Mapa de Pessoal	15

1. Introdução

As Opções do Plano e o Orçamento da AIA – Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal que agora se apresentam, nos termos dos Estatutos e demais legislação aplicável, refletem as atividades, ações e projetos a desenvolver em 2019.

A realização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) é a principal prioridade da atividade da Associação em 2019, pretende-se que o concurso para a aquisição desses serviços seja lançado no 1º trimestre do ano.

A linha de atividade relativa ao desenvolvimento de trabalho cooperativo entre os associados continuará a merecer relevante atenção, designadamente nas seguintes áreas: “Planos de segurança da água”; “Protocolo segurança de instalações”; “Gestão e reparação de contadores”; e “Formação”;

A afirmação do interesse social e a defesa do modelo de gestão pública dos serviços de águas, designadamente na sua dimensão local e regional, enquadrada pelo contexto político normativo do Poder Local, sua autonomia e competências, constituindo-se como condição estruturante da existência da AIA, continuará a ser uma linha de ação central da Associação. Nesse sentido, daremos voz aos legítimos interesses dos associados e atuaremos junto do Governo no que concerne às políticas públicas para a água, focando de forma muito particular nas questões da autonomia municipal na organização dos serviços de águas e da imprescindível alocação de recursos financeiros à Região para financiamento dos necessários investimentos no Ciclo Urbano da Água.

Continuaremos a trabalhar com diversas entidades em atividades que se inscrevam nos fins da Associação, definindo-se como principais parceiros, neste trabalho de cooperação, os Municípios Associados e a AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, bem como as entidades de que a AIA é associada. O trabalho a desenvolver com a AMRS considera-se fundamental para o sucesso dos objetivos que dizem respeito à formação aos nossos associados. Considera-se também de particular relevo a participação nos trabalhos da APDA – Associação Portuguesa dos Distribuidores de Água – pelo potencial que detém de permitir recolher informação relevante sobre o setor e proceder à sua divulgação junto dos associados da AIA.

Relativamente ao orçamento, quase integralmente financiado por comparticipações fixas dos associados, o seu volume, 116.024,00€, corresponde a um crescimento de 5,7% relativamente ao ano anterior, mantendo-se uma distribuição por rubricas na linha dos anos anteriores.

Em conclusão, as Opções do Plano e o Orçamento para 2019, que de seguida se apresentam, pretendem dar continuidade à implementação da missão que os municípios associados atribuíram à AIA.

2. Opções do Plano

2.1. Criação do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água em «Alta» da Península de Setúbal.

A realização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) é a principal prioridade da atividade da Associação em 2019. No pressuposto de que a proposta de documentos concursais para a elaboração do EVEF se conclua até ao final de 2018, pretende-se que o concurso para a aquisição desses serviços seja lançado no 1º trimestre do ano.

2.2. Cooperação Institucional

No âmbito desta atribuição a AIA desenvolverá cooperação com diversas entidades em projetos e ações que se inscrevam nos fins prosseguidos pela Associação.

Tal como até aqui, este trabalho de cooperação terá como principais parceiros os municípios associados e a AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, bem como outras entidades de onde destacamos aquelas de que a AIA é associada, nomeadamente a Associação Portuguesa de Recursos Hídricos – APRH, Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas – APDA, a Associação Europeia Para a Gestão Pública da Água – AAPE e a LisWater.

Neste âmbito, irá continuar a procurar reforçar a cooperação com a AMRS, com incidência particular na promoção conjunta de um plano de formação específico para os

serviços de águas, conjugando sinergias das duas entidades, designadamente o conhecimento específico da AIA sobre o setor e as capacidades formativas da AMRS, designadamente o fato de ser entidade formadora acreditada pelo IEFP.

Ainda na linha de trabalho da cooperação institucional, prosseguir-se-á o acompanhamento e participação nos trabalhos das entidades de âmbito técnico de que a AIA é associada (APDA, APRH e AAPE e LisWater), destacando-se a participação na Comissão Especializada de Legislação e Economia da APDA - com vista ao acompanhamento da evolução do setor nos seus aspetos de política estrutural, novas tendências de evolução técnica e de gestão, com o objetivo de partilhar a informação recolhida com os associados.

2.3. Defesa da Água Pública

A afirmação do interesse social e a defesa do modelo de gestão pública dos serviços de águas, designadamente na sua dimensão local e regional, enquadrada pelo contexto político normativo do Poder Local, sua autonomia e competências, constituindo-se como condição estruturante da existência da AIA, para além de necessariamente se encontrar de forma transversal em toda a sua atividade, expressar-se-á na continuidade do trabalho que visa promover, articular e divulgar a avaliação, as propostas e as exigências que congregam a visão coletiva dos associados sobre as políticas públicas para o setor, elegendo-se para 2019 as seguintes prioridades:

- i) Apoiar a consagração universal, designadamente na legislação europeia e nacional, da água como bem comum do direito universal de acesso à água e saneamento; água.
- ii) A defesa da autonomia municipal na organização dos serviços de águas, recusando qualquer processo que, ao arrepio dessa condição estruturante do Poder Local, pretenda impor - de forma direta ou indireta, legislativa ou financeira – modelos de gestão e de colaboração regional;
- iii) A manifestação da inquestionável necessidade de afetação de recursos financeiros ao cumprimento dos objetivos nacionais traçados para o setor, o que, no contexto regional, se traduz nas seguintes exigências a reiterar junto do Ministério do Ambiente:

- O reforço da dotação financeira do POSEUR, destinada à área de intervenção de investimento prioritário “Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água”, bem como o aumento dos níveis de comparticipação;
- A reprogramação do POSEUR de forma que os investimentos na componente alta dos sistemas municipais seja considerada nas tipologias de operações admissíveis. Tendo presente que, em quadros anteriores de financiamento, os municípios da Península de Setúbal, por razões de condicionamento de modelo de gestão, foi impedida de aceder a fundos comunitários para financiar a alta dos seus sistemas de abastecimento e desenvolver o estruturante sistema intermunicipal em alta, esta alteração revela-se essencial às legítimas expectativas de equidade no acesso ao financiamento;
- A possibilidade de negociar um aviso específico que considere o financiamento do sistema intermunicipal em alta para a Península de Setúbal, considerando a especificidade das suas origens de água e importância estratégica deste sistema para uma Região.
- Abertura de um novo aviso para remodelação dos sistemas em baixa, com um pacote financeiro adequado às necessidades nacionais e sem condicionamentos de modelo de gestão. A realidade nacional espelha a baixa adesão às agregações dos sistemas em baixa por parte dos municípios, no exercício da sua legítima autonomia. O condicionamento de acesso aos fundos ao modelo de agregação consubstancia uma injusta discriminação que prejudica o investimento nacional na remodelação dos sistemas em baixa e consequentemente a melhoria da performance destes serviços, designadamente no que concerne ao objetivo nacional de redução de perdas de água;
- A alteração do carácter reembolsável dos financiamentos comunitários, para fundo perdido em taxas significativas, bem como a criação de uma linha de crédito bonificada para o financiamento próprio, como forma de conter a pressão sobre as tarifas;
- A garantia da sustentabilidade dos sistemas através de um instrumento que integre uma componente de financiamento através o Orçamento do Estado e a implementação de uma política tarifária justa e equilibrada, como meio de garantir a acessibilidade de todos, independentemente da sua condição

socioeconómica e das especificidades regionais, a bens essenciais como são os serviços de águas;

Nesta linha de trabalho continuaremos a desenvolver contatos com a tutela com vista a sensibilizar o MAOT para as necessidades e justos interesses da Região. O Dia Nacional da Água continuará a ser assinalado, através de uma declaração conjunta dos Municípios Associados da AIA dedicada às políticas públicas da água e o seu impacto para a Região.

2.4. Promoção da cooperação entre os municípios associados

Na sequência do que foi definido para o mandato diretivo em curso, a promoção de projetos colaborativos entre os municípios associados que visem a melhoria contínua da qualidade do serviço e assegurem a sua sustentabilidade económica, financeira e social, continuará a ser uma linha de atividade relevante em 2019, elegendo-se para o ano as seguintes áreas de intervenção:

- Planos de segurança da água – pretende-se manter ativo o trabalho do Grupo Intermunicipal para os Planos de Segurança da Água, com o objetivo de apoiar o trabalho em desenvolvimento dos associados, designadamente partilhando informação e boas práticas sobre os procedimentos de elaboração do PSA, bem como de aprovação junto das entidades competentes, tendo presente as diferentes fases do processo em que se encontram os associados. O objetivo Regional é o de que tão breve quanto possível e com o foco em final de 2019, todos os municípios associados disponham de PSA e alguns já tenham concluído o processo de aprovação. Procurar-se-á também aproveitar esta plataforma de colaboração (GT PSA) para tratar outros assuntos relativos ao D.L. 152/2017, designadamente a elaboração dos Planos de Comunicação e Emergência para os Serviços de Água e Saneamento.
- Protocolo Segurança de Instalações – considerando as obrigações relativas à segurança das infraestruturas presentes no D.L. 152/2017 pretende-se apoiar os associados no estabelecimento de um protocolo com as forças de segurança - à semelhança com os já existentes para outros serviços com infraestruturas de rede - que visem os serviços de águas da Região.

- Gestão e reparação de contadores – Sendo um objetivo já em desenvolvimento desde 2017, altura em que se produziu um relatório sobre o assunto, tendo no entanto em 2018 registado avanços tímidos, considera-se no entanto de continuar a procurar prosseguir-lo, dar-se-á foco à recolha de informação sobre a gestão do parque de contadores e o seu impacto na redução das perdas aparentes, bem como na elevação da receita. Procurar-se-á dar a conhecer aos associados ferramentas de gestão deste processo.
- Formação – Procedeu-se em 2018 ao levantamento das necessidades de formação dos associados e ao levantamento da oferta disponível correspondente. Pretende-se instituir a realização de duas ações de formação por ano, sendo que a primeira - Modelação de Sistemas de Abastecimento de Água – se encontra já em fase avançada de preparação. Esta atividade será desenvolvida em conjunto com a AMRS.

No âmbito do Portugal 2020, em particular do Plano Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) a AIA acompanhará o desenvolvimento da abertura de avisos de candidaturas que possam corresponder às necessidades dos seus associados, tendo presente, nomeadamente, o potencial da AIA como instrumento de agregação de candidaturas municipais.

2.5. Dotar a AIA dos meios necessários ao prosseguimento dos seus objetivos

Neste âmbito mais funcional e instrumental, registaram-se, à escala da Associação, significativos progressos. Para além da continuidade da manutenção dos recursos que se foram obtendo regista interesse o esforço que será necessário despendar na implementação do novo sistema contabilístico para a administração pública (SNC-AP) que, de acordo com a informação disponível no presente, deverá ser adotado em 2019.

Com vista à divulgação das atividades da Associação e dos seus associados, bem como de outras matérias de interesse relativas às políticas públicas da água, gestão de recursos hídricos e operação de sistemas de abastecimento será dada continuidade à produção e publicação de conteúdos sobre estes temas no site da AIA. Procuraremos materializar os esforços que foram iniciados com vista remodelação do atual sítio internet da associação.

3. Orçamento

O Orçamento apresentado para 2019 tem um valor global de 116.024 €.

A receita na sua componente contribuição fixa anual, prevista no n.º2 do Art.º 18º dos Estatutos, foi apurada com base nos montantes das transferências para os municípios associados (FEF e IRS) constantes da Proposta de Orçamento de Estado para 2019 (Proposta de Lei n.º 156/XIII). Assim apurou-se uma contribuição global fixa a obter do conjunto dos associados no valor de 115.924€, que corresponde a 99,9% do total da receita prevista, correspondendo a um crescimento de 5,7% relativamente ao ano anterior. Optou-se por não propor para o ano de 2019 fixação de contribuições de tipo variável (nº 4, do artigo 18º dos Estatutos da AIA).

A despesa prevista distribui-se da seguinte forma: Despesa Corrente - Despesas com pessoal 67.400,00€ (58,1%), Despesas com Aquisição de Bens e Serviços 40.400,00€ (34,8%), Transferências Correntes 3.000,00€ (2,6%) e Outras despesas correntes 3.224,00€ (2,8%); Despesa de Capital - Aquisição de Bens de Capital 2.000,00€ (menos de 1,7%).

Julga-se pertinente ainda sublinhar que, conforme se poderá constatar no Quadro “Atividades Mais Relevantes do Ano 2018 – AIA”, as Opções do Plano preveem a execução do Estudo de Viabilidade Económico-financeira do Sistema de Abastecimento em «Alta» da Península de Setúbal - EVEFSIAAAPS, com um valor de 15.000€, na situação de financiamento definido, e 5.000€, na situação de financiamento a definir, para 2019, e 15.000€ para 2020, perfazendo o valor global de 35.000€ - que se prevê venha a custar este serviço.

Mapa Resumo do orçamento AIA 2019

RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE AIA	ANO : 2019
-----------------------------------	-------------------

RECEITAS	VALORES	DESPESAS	VALORES
Correntes	116.024,00	Correntes	114.024,00
De capital		De capital	2.000,00
Total	116.024,00	Total	116.024,00

ÓRGÃO EXECUTIVO Em ____ de ____ de ____ _____
--

ÓRGÃO DELIBERATIVO Em ____ de ____ de ____ _____

Mapa Orçamento da Receita AIA 2019

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	ORÇAMENTO PARA 2019
----------	----------------------	---------------------

R Ú B R I C A S		I M P O R T Â N C I A S		
CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
	RECEITAS CORRENTES			
05	Rendimentos da propriedade			100,00
05.02	Juros - Sociedades financeiras		100,00	
05.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	100,00		
06	Transferências correntes			115.924,00
06.05	Administração local		115.924,00	
06.05.01	Continente	115.924,00		
06.05.01.01	Contribuições dos Municípios Associados	115.924,00		
06.05.01.01.01	Duodecimos	115.824,00		
06.05.01.01.03	Outras Contribuições	100,00		
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES				116.024,00
	RECEITAS DE CAPITAL			
16	Saldo da gerência anterior			
16.01	Saldo orçamental			
16.01.01	Na posse do serviço			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL				
TOTAL DAS RECEITAS				116.024,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Mapa Orçamento da Despesa AIA 2019

ENTIDADE		ORÇAMENTO DA DESPESA		ORÇAMENTO PARA 2019	
R Ú B R I C A S		I M P O R T Â N C I A S			
CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO	
01	ADMINISTRACAO AUTARQUICA			116.024,00	
	DESPESAS CORRENTES				
01	Despesas com o pessoal			67.400,00	
01.01	Remunerações certas e permanentes		53.750,00		
01.01.04	Pessoal dos quadros - Regime contrato individual t	1.000,00			
01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remunera	1.000,00			
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	41.000,00			
01.01.11	Representação	2.400,00			
01.01.13	Subsidio de refeição	2.350,00			
01.01.14	Subsidio de férias e de Natal	7.000,00			
01.02	Abonos variáveis ou eventuais		1.450,00		
01.02.02	Horas extraordinárias	250,00			
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	250,00			
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	950,00			
01.03	Segurança social		12.200,00		
01.03.05	Contribuições para a segurança social	11.600,00			
01.03.05.03	Outros	11.600,00			
01.03.09	Seguros	600,00			
01.03.09.01	Seguros acidentes trabalho/doenças profissionais	600,00			
02	Aquisição de bens e serviços			40.400,00	
02.01	Aquisição de bens		2.050,00		
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	700,00			
02.01.02.01	Gasolina	350,00			
02.01.02.02	Gasóleo	350,00			
02.01.08	Material de escritório	500,00			
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	250,00			
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TECNICA	100,00			
02.01.21	Outros bens	500,00			
02.02	Aquisição de serviços		38.350,00		
02.02.09	Comunicações	750,00			
02.02.10	Transportes	200,00			
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.500,00			
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultoria	26.200,00			
02.02.15	Formação	1.000,00			
02.02.16	Seminários, exposições e similares	500,00			
02.02.17	Publicidade	500,00			
02.02.19	Assistência técnica	1.200,00			
02.02.20	Outros trabalhos especializados	5.000,00			
02.02.22	Serviços de saúde	500,00			
02.02.25	Outros serviços	1.000,00			
04	Transferências correntes			3.000,00	
04.05	Administração local		3.000,00		
04.05.01	Continente	3.000,00			
04.05.01.04	Associações de Municípios	3.000,00			
06	Outras despesas correntes			3.224,00	
06.02	Diversas		3.224,00		
06.02.03	Outras	3.224,00			
06.02.03.04	Serviços bancários	500,00			
06.02.03.05	Outras	2.724,00			
06.02.03.05.01	Quotas	1.500,00			
06.02.03.05.02	Outras	1.224,00			
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES			114.024,00	

(1 de 2, continua)

Mapa Orçamento da Despesa AIA 2019 (continuação)

R Ú B R I C A S		I M P O R T Â N C I A S		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç ã O	ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
01	ADMINISTRACAO AUTARQUICA			
	DESPESAS DE CAPITAL			
07	Aquisição de bens de capital			2.000,00
07.01	Investimentos		2.000,00	
07.01.07	Equipamento de informática	500,00		
07.01.08	Software informático	500,00		
07.01.09	Equipamento administrativo	500,00		
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	500,00		
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS			116.024,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Mapa Grandes Opções do Plano 2019

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019

EMITIDO EM 2018/09/18

ORÇ- TIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NÚMERO DO PROJETO/AÇÃO	INSCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON- SÁVEL	DATAS		VALOR EX REALIZADO	IMPENSAS DE INVESTIMENTO (PROVISÃO)					TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INÍCIO	FIM		ANOS SEQUENTES							
												ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				OUTROS			
												TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2020	2021	2022	TOTAL	
01	0101	1.	Funções Gerais																37.000,00
			Serviços Gerais da Administração Pública																37.000,00
			Administração Geral																2.000,00
			Qualificação de Equipamento Informático															500,00	
010101	01/070107	2019 I 1	Funcionamento dos Serviços - Software Informático	100.0	ATA	2019/01/01	2019/12/31	0											
010101	01/070108	2019 I 2	Qualificação de Equipamento Administrativo	100.0	ATA	2019/01/01	2019/12/31	0											
010101	01/070109	2019 I 3	Outros Investimentos	100.0	ATA	2019/01/01	2019/12/31	0											
010102	01/070115	2019 I 4	Abastecimento de Água	100.0	ATA	2019/01/01	2019/12/31	0											
010102	01/020214	2014/I A 1	EXEF do SIARANS	100.0	ATA	2019/01/01	2019/12/31	0											
			TOTAL GERAL															37.000,00	

ORÇÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORÇÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Contribuições dos Municípios Associados - 2019

Municípios Associados	FEF 2018 (€)	IRS a transf 2018 (€)	Contribuição Anual (€)	Duodécimos (€)	Afectação dos Municípios associados ao total das contribuições (%)
ALCOCHETE	1 416 428,00	1 464 525,00	4 332,00	361,00	3,7402
ALMADA	4 672 384,00	11 740 132,00	24 624,00	2 052,00	21,2598
BARREIRO	5 667 025,00	3 907 082,00	14 364,00	1 197,00	12,4016
MOITA	8 311 967,00	2 216 111,00	15 804,00	1 317,00	13,6448
PALMELA	4 395 179,00	3 379 304,00	11 664,00	972,00	10,0705
SEIXAL	5 336 792,00	8 386 906,00	20 592,00	1 716,00	17,7787
SESIMBRA	2 211 360,00	2 533 736,00	7 128,00	594,00	6,1542
SETÚBAL	4 442 145,00	7 094 565,00	17 316,00	1 443,00	14,9503
TOTAL	36 453 280,00	40 722 361,00	115 824,00	9 652,00	100,0000

nota 1: A contribuição anual corresponde a 0,15% dos totais do FEF e da Participação no IRS (n.º 2, do artigo 18.º dos Estatutos da AIA) tomando-se como referência

para os montantes a considerar os constantes para os municípios associados do Mapa XIX - Transferências para os Municípios / Participação dos Municípios nos Impostos do Estado, constante da Proposta de Lei n.º 156/XIII - Orçamento de Estado para 2019.

nota 2: Os duodécimos, são arredondados por excesso à unidade euro e deverão ser enviados para a AIA, até ao dia 15 de cada mês - n.º 3 do art. 18.º dos Estatutos

MAPA DE PESSOAL 2019

(CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO DE DIREITO PRIVADO)

Atribuições	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Postos de trabalho	Ocupado	Vago	OBS.
Coordenação e promoção de estudos, projetos, planos e ações, no domínio de captação e abastecimento de água em alta na Península de Setúbal; Coordenação e promoção de estudos, projetos, planos e ações no domínio da cooperação entre os seus associados que visem o aperfeiçoamento da gestão municipal dos sistemas públicos de abastecimento e a persecução da garantia do direito humano de acesso à água; Estabelecimento de relações de cooperação com outras entidades em projetos e ações que se inscrevam nos mesmos fins prosseguidos pela Associação.	Secretário-geral	Engenharia	1	1	0	CIT - Comissão de Serviço
	Assistente Técnico	12º Ano de Escolaridade	1	1	0	CIT - Tempo indeterminado
	Técnico Superior	Biologia	1	1	0	CIT - Tempo indeterminado, suspenso pelo exercício de funções de deputado no Parlamento Europeu, nos termos da Lei